



Resumo de Notícias

10/03/2016 - Telesíntese

Oi confirma contratação de assessor para reestruturar dívida

A tele garante que o foco operacional e comercial permanece inalterado, e que continuará a investir. Mas fala em manter planos de corte de custos e em "otimizar" infraestrutura.



A Oi confirmou na noite de ontem, em comunicado ao mercado, a contratação da norte-americana PJT Partners. A empresa deverá assessorar a operadora a reestruturar sua dívida. Segundo o último balanço financeiro, referente ao terceiro trimestre de 2015, o endividamento bruto da concessionária passava dos R\$ 51 bilhões.

Nas palavras da companhia, a PJT chega para "auxiliar a Oi na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas para otimizar sua liquidez e seu perfil de endividamento". A tele garante que o foco operacional e comercial permanece inalterado. Diz, também, que está "empenhada em continuar investimentos que garantam a melhoria

permanente da qualidade dos serviços".

A dinâmica de corte de custos, intensificada nos últimos dois anos, continua na operadora. A nota afirma que serão mantidos "esforços" para melhorias operacionais e transformação do negócios, "com foco em austeridade, otimização de infraestrutura, revisão de processos e ações comerciais".

Em setembro, a operadora já havia contratado o banco NM Rothschild no Brasil para definir estratégias do que fazer com o dinheiro recebido da venda da PT Telecom, que incluem, já, possível alongamento dos prazos e melhoria do perfil de endividamento.



Resumo de Notícias

09/03/2016 - Telesíntese

Metade dos usuários de internet da América do Sul acessa conteúdos piratas

Entidade calcula que 28% da TV paga no Brasil é pirata, o que resulta na evasão de US\$ 483 milhões em impostos ao ano.

A Alianza Contra la Piratería de Televisión Paga (Alianza), associação antipirataria das empresas líderes da indústria de TV por assinatura na América Latina, publicou um estudo sobre pirataria online de vídeos na América do Sul feito pela consultoria Net-Names. A pesquisa analisou o tráfego de dados ilegais em nove países da região - Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Foram analisados dados de uso de internet em setembro de 2015, com foco nos três ecossistemas principais de pirataria audiovisual: Cyberlockers (serviços de hospedagem de arquivos); Peer-to-Peer (rede de computadores na qual cada um age como servidor para outro computador); e transmissão IPTV ilegal.

Dos cerca de 222,3 milhões de usuários de internet na América do Sul, quase 50%, 110,5 milhões, acessaram um site que distribui conteúdos pirateados. Os Cyberlockers são os mais acessados: 62,7 milhões de usuários únicos, representando 28,2% de todos os usuários de internet da América do Sul. O modelo P2P é usado por 46,1 milhões de usuários únicos, 20,7% dos usuários. A transmissão IPTV ilegal é usada por 8,8 milhões de usuários únicos, ou 4% de todos os usuários de internet da região.

A quantidade de dados transmitida ilegalmente atinge os 789 petabytes (PBs), ou cerca de de 1,5 bilhão de horas de visualização online. "A pirataria



online de vídeos representa uma ameaça substancial à proteção de direitos de propriedade intelectual" afirma Michael Hartman, Vice-Presidente Sênior e Diretor Jurídico da DIRECTV Latin America.

Pirataria da TV paga no Brasil

Em outro estudo publicado no final de fevereiro, a Alianza estimava que 28% dos assinantes de TV no Brasil eram piratas. O percentual fica abaixo da média para a América Latina e Caribe, onde 29% roubam o sinal. Pelos cálculos da entidade, o país teria 25,7 milhões de pessoas com acesso à TV por assinatura, dos quais, 7,3 milhões seriam conexões ilegais. Desse total, 4,5 milhões seriam "gatos" e 1,2 milhão seriam captação por satélite. O restante obtém TV por outros meios.

O material diz que as operadoras deixam de ganhar US\$ 2 bilhões anualmente, enquanto as programadoras perdem US\$ 647 milhões ao ano com a pirataria. Em impostos, representaria uma evasão de US\$ 483 milhões no país.

A Alianza contra la Piratería de Televisión Paga foi lançada em janeiro de 2013. É um grupo de mais de 20 fornecedores de conteúdo, emissoras de TV por assinatura e fornecedores de tecnologia que busca combater a pirataria na América Latina. Entre as associadas estão Directv, Telefónica, Claro HDTV, SKY Brazil, VTR, CDF, Discovery, ESPN, Fox, Globosat, HBO, Telecine, Televisa, Turner, ABTA, Cisco.



Resumo de Notícias

09/03/2016 - Telesíntese

Pronatec: 2 milhões de matrículas em 2016 e MECFlix

Em 2015, foram 1,3 milhão de matrículas, com o curso técnico em informática sendo o mais procurado. Cursos em telecomunicações atraíram 3.280 alunos.

A presidenta Dilma Rousseff anunciou nesta quarta-feira, 09, a oferta de 2 milhões de vagas para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A iniciativa oferece cursos técnicos e profissionalizantes nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, no Sistema S, em escolas estaduais e municipais. Vai ganhar, ainda, uma plataforma de ensino a distância batizada de MECFlix, com videoaulas e recursos interativos criados em parceria com 30 TVs públicas.

Do total de vagas para 2016, 372 mil são em cursos técnicos e 1,627 milhão em cursos de qualificação profissional. Oferecem os cursos entidades do Sistema S (Senai, Senac, Senar, Senat e Sebrae), institutos federais e as redes estaduais e municipais de ensino.

Desde 2011, primeiro ano do programa, foram realizadas 1.465.444 matrículas apenas no estado de São Paulo, sendo 1.096.707 para formação inicial e continuada e 368.737 para cursos técnicos de maior duração. De 2011 a 2015, o Pronatec registrou 9,4 milhões de matrículas entre cursos técnicos e de qualificação profissional.

Em 2015, foram 1,3 milhão de matrículas, sendo os cursos técnicos mais procurados: técnico em



informática, técnico em segurança do trabalho e técnico em logística. Na parte dos cursos de qualificação profissional, os mais requisitados foram operador de computador, assistente administrativo e horticultor orgânico.

O governo diz que o Pronatec EJA, para jovens e adultos, ganhou mais importância nesta edição.

O Pronatec EJA se relaciona diretamente à meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê, até 2024, a oferta de no mínimo 25% das matrículas de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, vinculadas à educação profissional.

Os estudantes do programa também poderão optar pelo e-Pronatec, em que usarão o MECFlix. A modalidade de ensino a distância exigirá visitas para avaliações em institutos federais e do Sistema S. Os cursos são divididos nas áreas da indústria, comércio, agricultura e transportes. Dos beneficiados do Pronatec, 70% são jovens com até 29 anos, 60% são mulheres e um terço das matrículas é no Nordeste.

Não houve menção ao Pronatec Telecom, iniciativa que envolve SindiTelebrasil. Segundo o sindicato, em 2015 foram formadas 159 turmas, 3.280 alunos, no Brasil inteiro.



Resumo de Notícias

Participe da eleição do Sinttel-ES

Jornal Canal de Voz nº 818 (07/03/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/wp-content/uploads/2016/03/canaldevoz818-.pdf>

Editais publicados em A Tribuna (07/3/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/wp-content/uploads/2016/03/cartaz-eleicao.jpg>

Assembleia abre processo eleitoral (04/03/2016):

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/escolha-da-nova-direcao-do-sinttel-es/>





Resumo de Notícias

10/03/2016 - Rede Brasil Atual

CUT-MG denuncia arbitrariedades da Samarco em reparação a vítimas

Presidenta da central no estado diz que a empresa segue agindo livremente e cobra responsabilidades. Movimentos organizam agenda com ações para evitar que desastre caia no esquecimento



A presidenta da CUT-MG, Beatriz Cerqueira, vem acompanhando as consequências do vazamento de lama da Barragem da Samarco, em Mariana, desde o seu início, em ação conjunta de sindicatos e movimentos sociais, em busca de punição aos responsáveis pelo desastre. Em entrevista à Rádio Brasil Atual na manhã de hoje (10), ela conta que a empresa vem tentando manter o controle total, de maneira arbitrária e pouco transparente, das ações de reparação, que têm sido insuficientes.

"É a Samarco que vai determinando quem são os atingidos, em que grau essas pessoas foram atingidas e o que ela fará de reparação de danos", denuncia Beatriz, em entrevista a Lourdes Rodrigues. Como exemplo, cita o caso de uma mulher de mais de 70 anos, que teve de comprovar por laudo médico incapacidade de torcer com as próprias mãos as roupas lavadas para que a companhia garantisse a reposição de sua máquina de lavar, perdida na tragédia.

Beatriz afirma que nos municípios e distritos atin-

gidos diretamente pela lama, os estragos são visíveis, mas todas as comunidades que vivem da pesca, na bacia do Rio Doce, estão sofrendo as consequências. Estimativas do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) indicam que pelo menos 1 milhão de pessoas foram atingidas de alguma forma e não têm recebido a reparação adequada.

"Tenho, permanentemente, ido aos locais atingidos pela lama e a situação é dramática. Os direitos são negados. As pessoas que se auto-organizam são discriminadas. Há uma violação permanente do direito das pessoas atingidas. Mudou a rotina das cidades, mudou a condição das áreas rurais. A ausência de visibilidade garante que a empresa siga atuando livremente", denuncia a presidenta da CUT-MG.

Ela afirma que o Ministério Público estadual tem tido importante atuação, mas que órgãos dos governos estadual e federal deveriam estar mais ativos no atendimento e na proteção às pessoas, mas não têm feito o trabalho como deveriam.

Um ato nacional das centrais sindicais foi marcado para 28 de abril, em Mariana, para denunciar a precariedade nas relações de trabalho na mineradora. Na sequência, entre 29 de abril e 1º maio, os movimentos sociais farão um tribunal popular para discutir os crimes da mineração. "Vir ao local é importante porque é sujando o pé de lama que a gente entende o que foi esse crime e a sua dimensão. Nós precisamos cobrar a responsabilização de empresas que vêm para o Brasil, lucram bilhões de reais com os nossos recursos naturais e não se importam com a vida", diz a presidenta da CUT-MG.



Resumo de Notícias

09/03/2016 - Rede Brasil Atual

Advogado que denuncia Lula no MP-SP é autor de procuração falsa

Advogado Waldir Ramos da Silva, autor da queixa que fundamenta inquérito no caso do apartamento do Guarujá, tentou resgatar R\$ 295 mil com documento falso em ação coletiva contra a Bancoop

Era dezembro de 2014 e o processo corria normalmente na 25ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo. Um grupo de compradores de unidades em um condomínio da Bancoop (Cooperativa Habitacional dos Bancários) no Jardim Anália Franco, zona leste da cidade, questionava a necessidade de rateio extra para a conclusão das obras e tinha, assim, os valores da ação depositados em juízo.

Participante do grupo, o ex-bancário José Roberto Parolina não teve tempo de acompanhar os desdobramentos do processo. Ele morreu em 12 de novembro de 2009, e sua causa passou a ser representada pelos familiares.

Finalmente, após cinco anos, o processo apontava para a conclusão. E o advogado Waldir Ramos da Silva, contratado pelo grupo, apresentava agora uma procuração para resgatar o valor da ação, que envolvia a quantia de R\$ 295.226,13.

Mas qual não foi a surpresa dos familiares de Parolina ao ver que a procuração tinha a assinatura do falecido. O advogado apresentou uma procuração falsa, em nome de José Roberto Parolina, com sua assinatura, e isso acendeu uma luz vermelha no processo.

O advogado Waldir Ramos da Silva é o mesmo que em agosto de 2015 formulou a representação criminal contra o ex-presidente Lula no inquérito do Ministério Público de São Paulo sobre suposta ocultação de patrimônio no caso do apartamento triplex no Guarujá. A denúncia foi concluída hoje (9) pelo MP, e se for aceita pela Justiça o ex-presidente passará a ser réu na ação.

A procuração falsa foi detectada pelos herdeiros a tempo de evitar que o advogado se apropriasse dos recursos. A juíza bloqueou o acesso à quantia ao receber o atestado de óbito que comprovou a falsidade da procuração. Atualmente, o processo está concluído,

depois de ter sido feito acordo de transferência do empreendimento para os condôminos.

Os familiares de Parolina apresentaram em 22 de janeiro de 2015 uma petição para anular a procuração. Nela, afirmam que “é insofismável informar que a procuração ad-judicia outorgada ao procurador Waldir Ramos da Silva entende-se ser falsa”. Ainda destaca que o autor jamais poderia ter sublinhado a assinatura datada de 9 de dezembro de 2014.

Representantes da família de Parolina registraram também o crime de falsidade ideológica na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), mas até hoje não obtiveram qualquer resposta da entidade. Tentaram ainda fazer um boletim de ocorrência, mas não conseguiram pelo fato de o documento original falsificado não poder sair do processo – eles têm, no entanto, um ofício que atesta a ida à delegacia para solicitar a queixa de crime.

A Bancoop também pediu ao juiz a instauração de processo policial para verificar a questão de documento falso. Atualmente, Waldir Ramos da Silva ainda age como assistente de acusação dos promotores José Carlos Blat e Cássio Conserino no MP-SP. Ele também representa proprietários de obras da Bancoop em outras ações.

Procurado pela reportagem da RBA, o advogado afirma que está prestando esclarecimento nas esferas adequadas, e que o caso tem um “procedimento próprio que está sob sigilo” e não pode se manifestar. Fosse outro contexto, a história já teria vazado há tempos, se acaso pudesse servir aos objetivos do Judiciário e da mídia comercial de destruir o governo Dilma, a eventual candidatura de Lula em 2018 e o PT.

Confira abaixo a imagem da procuração falsa e o atestado de óbito de José Roberto Parolina:

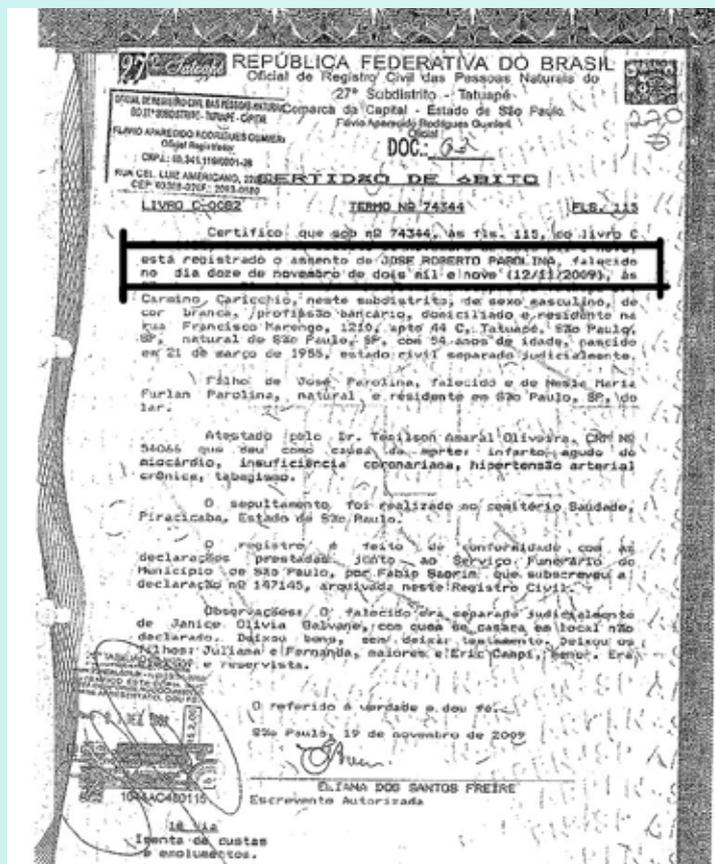


Resumo de Notícias

PROCURAÇÃO

JOSE ROBERTO PAROLINA, pelo presente instrumento de procuração "ad-judicia", nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado WALDIR RAMOS DA SILVA, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 137.904, com escritório profissional na Rua Jose Maria Lisboa, 891, Jardim Paulista, São Paulo – SP., telefone (11) 3887.1724/7185.6736 e-mail: waldirramosadv@hotmail.com, ao qual confere amplos poderes para o fôro em geral, com a cláusula ad-judicia, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os até final decisão, podendo receber e dar quitação, bem como ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial para requerer e providenciar o levantamento dos valores depositados nos autos do processo 0140427-63.2008.8.26.0100, da 25ª vara cível do foro central da capital – execução de sentença 1003787-36.2008.8.26.0100, com poderes para receber e dar quitação.

São Paulo, 09 de dezembro de 2014.



09/03/2016 - Vermelho

Jessé Souza: Manipulação da corrupção é única bandeira da direita

Professor de Ciência Política da UFF e presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o sociólogo Jessé Souza afirma que o país enfrenta uma tentativa de golpe jurídico e midiático. Em entrevista ao Portal Vermelho, ele avalia que a 24ª fase da Operação Lava Jato explicitou a "seletividade" com que a corrupção é tratada no Brasil. Para Souza, a mídia conservadora atua como partido político e manipula o tema para encobrir a "rapinagem econômica" da elite.

Na última sexta-feira (4), a Polícia Federal, a mando do juiz Sérgio Moro, cercou a casa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o conduziu coercitivamente para depor no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Jessé Souza, 55 anos, surpreendeu-se. Para ele, houve "abuso jurídico" na ação, que tem sido criticada por juristas de todas as correntes políticas.

Mas não só isso. A operação deixou claro que a bandeira do combate à corrupção só está sendo erguida contra alguns e não atinge os partidos políticos da elite, avalia. Segundo ele, a mídia brasileira como é hoje tem sido o principal entrave à democracia e atua agora para difundir o discurso instrumental da moralidade. "A mídia compra, legítima e propaga esse discurso. No fundo, é o partido das elites no Brasil", critica.

De acordo com ele, setores jurídicos e policiais se colocam, de forma autoproclamada, como responsáveis por uma higiene moral do país. "É uma ideia fascista. Isso nunca terminou bem em lugar nenhum", aponta.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/277402-1>